

MULTICULTURALISMO E CURRÍCULO: UM OLHAR DOS/AS EDUCADORES/AS DO PROJETO ESCOLA ZÉ PEÃO

Raisa Albuquerque Andrade
Rita de Cassia Cavalcanti Porto

INTRODUÇÃO

O que é multiculturalismo? Por que se faz necessário dar visibilidade as diversidades socioculturais no currículo? E qual o olhar dos/as educadores/as do Projeto Escola Zé Peão diante das questões supracitadas? Diante dessas problematizações deriva-se esse estudo, resultado do trabalho monográfico desenvolvido no curso de licenciatura em Pedagogia na UFPB objetivou compreender como as/os educadoras/es do Projeto Escola Zé Peão concebem a questão do multiculturalismo no currículo bem como intervir para a promoção de um diálogo a fim de provocar inquietações para a reflexão sobre as suas práticas pedagógicas no que se refere a orientação multicultural no currículo real.

O Projeto Escola Zé Peão foi criado em 1990 através da parceria entre a Universidade Federal da Paraíba e o SINTRICOM (Sindicato da Construção Civil e do Mobiliário) voltado para a Educação de Jovens e Adultos que tem um público específico da EJA, pois são operários da construção civil e em sua maioria interioranos do estado da Paraíba com idade média de 30 anos, as salas de aula funcionam no próprio canteiro de obras, onde os mesmos se alojam. As reuniões de planejamento se dão quinzenalmente, nesse sentido, esses espaços foram utilizados para a realização das sessões do grupo focal, instrumento utilizado para a construção dos dados desta pesquisa qualitativa.

Conforme Power e Single (1996, *apud* GATTI, 2005, p.07), “um grupo focal 'é um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas por pesquisadores para discutir e comentar um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal’”. Esse instrumento propiciou ainda um espaço para a promoção a dialogicidade entre os sujeitos da pesquisa. Para Freire (2005), “somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz, também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta não há a verdadeira educação.” (p.96). A dialogicidade tem importância fundamental para a construção do conhecimento e a socialização de saberes, propiciando trocas de conhecimentos assim como provocando reflexões. O estudo teve como fonte um universo composto por dez educadores/as que atuam enquanto alfabetizadores/as do Projeto Escola Zé Peão.

As discussões foram constituídas para verificar quais as coisas ditas pelos/as educadores/as acerca do multiculturalismo no contexto de suas práticas educativas bem como identificar quais conhecimentos têm esses sujeitos com relação as políticas curriculares e demais documentos normativos norteadoras do processo de ensino-aprendizagem que ressaltam o multiculturalismo no currículo. Busca-se compreender ainda de que maneira a formação inicial e a formação dentro do Projeto Escola Zé Peão têm contribuído ou não para a construção de um currículo multicultural. Nessa perspectiva, os fundamentos do Grupo Focal desenvolvidos por Gatti (2005) tem nos ajudado para conhecer as percepções, restrições, preconceitos que os/as educadores/as do Projeto do Zé Peão têm do multiculturalismo.

As mobilizações sociais em defesa do multiculturalismo intensificaram-se durante a década de 90, os movimentos de luta em defesa do direito a visibilidade das culturas e modos

diversos identitários se configuram enquanto os novos movimentos sociais que no contexto da educação brasileira contribuíram e vem contribuindo na construção de uma educação menos excludente e que garantam não somente o acesso a escola, mas, a permanência e a qualidade. O projeto Escola Zé Peão originou-se no decorrer de uma iniciativa do movimento social sindical e sua identidade é constituída a partir da perspectiva da Educação Popular. Uma educação construída para o povo e com o povo necessita constituir-se enquanto multicultural-intercultural, ou seja, dialógica. Nessa perspectiva, pretendeu-se compreender de que maneira os/as educadores/as do projeto tem contribuído para tanto.

Multiculturalismo e Currículo: entre avanços e desafios

O currículo não se configura enquanto um elemento neutro dentro do campo pedagógico, permeado por relações de poder, produz e induz saberes. Nesse sentido, a construção curricular é um reflexo das produções sociais estabelecidas como legítimas por meio de mecanismos de poder que podem visibilizar bem como invisibilizar a identidade social e cultural dos sujeitos. Pensar o multiculturalismo no currículo numa perspectiva dialógica e intercultural é garantir os direitos fundamentais dos indivíduos, construindo uma prática educativa pautada na justiça social.

Conforme Moraes e Cavalcante (2009), o Brasil é constituído por uma multiplicidade de culturas e maneiras de ser, acumulada de grandes desigualdades sociais. Permeando essas questões é que se obtém como elemento justificante o fato de que as questões multiculturais não podem ser tratadas no espaço escolar e/ou em demais âmbitos educativos apenas como oficinas e dinâmicas passageiras, visto que estão diretamente atreladas as questões sociais.

Há uma diversidade de sentidos em torno do termo “**multiculturalismo**” que tendem a visibilizar bem como invisibilizar as identidades sócio-culturais. São perspectivas que se distinguem uma abordagem sectária e outras mais dialógicas. Morgado (2010) afirma que o termo multiculturalismo é constituído a partir de três abordagens - assimilacionista, compensatória e intercultural. A abordagem assimilacionista tem uma concepção fundamentada na ideia de homogeneização da cultura, na qual todos os desviantes da cultura dominante são vistos enquanto “perturbadores do consenso social e da ordem instituída”. Nesse sentido, esta abordagem reconhece as questões multiculturais, porém, no sentido apenas descritivo, um exemplo concreto dessa abordagem é a prática das datas comemorativas. Conforme Silva (2002, p.130) “Nessas formas superficialmente vistas como multiculturais, o outro é 'visitado' de uma perspectiva que se poderia chamar de “perspectiva do turista”. Para Candau (2008, p.38) “Uma política assimilacionista – perspectiva prescritiva – favorece que todos se integrem na sociedade e sejam incorporados à cultura hegemônica.” Nessa perspectiva a abordagem supracitada consiste em um reforço do processo de exclusão social.

Quanto à abordagem compensatória, há a preocupação com os direitos sociais e econômicos para todos os indivíduos, porém, procuram eliminar situações de discriminação submetendo os alunos dos grupos minoritários “a processos e estratégias de ensino que permitam superar aquilo que é considerado o seu déficit” (MORGADO, 2010). Além disso, ao invés de gerar a inclusão social produz uma divisão social, visto que favorece a construção de guetos, privilegiando a formação de comunidades divididas conforme suas identidades sociais e culturais. Nesse sentido, há uma concepção de homogeneização da cultura e favorecimento de determinados grupos sociais que se encontram em posições de poder.

Numa abordagem intercultural ocorre o reconhecimento das diferenças étnicas e culturais efetivamente, dessa maneira busca desocultar as relações de poder e as questões preconceituosas e discriminatórias que estão intrínsecas a muitas dessas relações culturais. Na referida abordagem, conforme assinala Morgado (2010, p.198) “a relação pedagógica funda-se na interpelação, no diálogo e no respeito dos diferentes grupos sociais e culturais em presença, elementos essenciais para o efetivo reconhecimento do 'outro'”. Nesse sentido, os processos estabelecidos nessa abordagem propõem além da inclusão social, mas buscam fazer justiça social. Conforme Fleuri (2003), a perspectiva intercultural contribui tanto para a superação do medo diante do outro quanto à de indiferente tolerância, ou seja, prima-se pela leitura positiva da pluralidade social e cultural, onde haja o reconhecimento da paridade de direitos consonante ao respeito pela diferença.

São negros/as, brancos/as, índios/as, mulheres, homens, religiões, cores, culturas, múltiplas identidades. O Brasil é constituído de uma multiplicidade de identidades e modos de ser, porém, essa sociedade miscigenada foi instruída ao longo da historiografia brasileira por intermédio de políticas educacionais com orientação monocultural que privilegiavam somente os homens, brancos, heterossexuais, cristãos e favorecidos financeiramente. O reconhecimento do multiculturalismo no contexto da educação brasileira é uma questão de justiça social pautada na educação em e para os direitos humanos. Desse modo, a discussão do multiculturalismo no campo pedagógico abarca um “posicionamento claro a favor da luta contra a opressão e a discriminação a que certos grupos minoritários têm, historicamente sido submetidos por grupos mais poderosos” (CANDAU, 2008, p.07).

As inserções do multiculturalismo nas políticas curriculares começaram a ganhar visibilidade a partir da intervenção dos novos movimentos sociais na construção das políticas sociais. São os movimentos de mulheres, homossexuais, negros/as, indígenas, meninos e meninas de rua, dentre outros. Estes passam a questionar os ideais normativos que os definem enquanto “subalternos”, “carentes”, “deficientes”, “menores”. Em consonância com Fleuri,

São movimentos que irrompem no interior das próprias sociedades ocidentais, articulando-se em torno de variadas especificidades humanas e socioculturais como, entre outras, as diferenças de identidades étnicas, de orientações sexuais ou opções de estilo de vida, de preferências religiosas, de pertencimentos geracionais ou de limitações físicas de comunicação e locomoção. (2009, p. 103).

Desse modo, desde a promulgação da constituição de 1988 as bases legais norteadoras dos processos educativos vêm trazendo em seu contexto de produção de texto aspectos para a promoção do multiculturalismo. A constituição de 1988 traz em seus princípios fundamentais, no Art. 3º, inciso IV como um dos objetivos “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” (BRASIL, 1988). Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/96, consta em seu Art. 3º princípios embaixadores do ensino no inciso IV o “respeito à liberdade e apreço à tolerância” (BRASIL,1996). Durante os anos posteriores a 2002, há uma renovação na conjuntura política brasileira, de modo que os novos movimentos sociais se incorporam cada vez mais na gestão influenciando significativamente a construção bem como a execução das políticas educacionais.

Foram instituídos planos, ações, legislações, dentre outros instrumentos que inserem as diversidades de identidades e culturas nos currículos e nas formações dos/as educadores/as. Uma ação significativa da Secretaria Especial dos Direitos Humanos foi a criação de um Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) tendo como um dos objetivos gerais a orientação das políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos. O plano contempla desde a Educação básica até o Ensino Superior, intervindo ainda na Educação não-formal e Educação dos profissionais dos sistemas de justiça e segurança.

No que se refere as ações para as pessoas LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais e transsexuais), foi criado o programa “Brasil sem homofobia”, que tem como objetivo para combater preconceitos e discriminações homofóbicas. O programa têm contribuído para a formação de professores/as e educadores sociais, como também vem construindo material didático junto aos atores educacionais objetivando minimizar a homofobia dentro do espaços escolares.

No âmbito das conquistas para a população afro-brasileira e indígena, foram sancionadas leis específicas para a valorização da história e da cultura. São as leis de n. 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira e posteriormente a de n. 11.645/08 que inclui também a história e a cultura indígena nos currículos. No contexto do Ensino Superior, um avanço significativo foi a inserção da política de cotas sociais e étnico-raciais

Todavia, ainda que existam avanços no campo normativo, as políticas educacionais não podem ser concebidas enquanto meros textos, pois, se configuram enquanto ações que produzem efeitos diversos, “a política é, ao mesmo tempo, processo e produto, envolvendo tanto a produção de intenções, ou de textos, como a realização de práticas, ou de ações concretas” (PACHECO, 2003, p.15). Diante desse contexto, os desafios ainda são muitos e apesar dos avanços significativos nessas últimas décadas, os grupos ditos minoritários ainda vivenciam opressões, advindo de ideologias neoconservadoras. como também de outros mecanismos de poder. É viável considerar ainda que há resignificação nas práticas pedagógicas permeadas pelas subjetividades dos atores educacionais. Ball (2009) destaca que a ação da política educacional é um processo de atuação, relaciona ainda a implementação das políticas a uma peça teatral, na qual existe o texto, mas, a peça apenas toma vida quando é representada.

Multiculturalismo no contexto das práticas curriculares da Educação de Jovens e Adultos

No contexto da educação de jovens e adultos no Brasil é importante referenciar as contribuições do educador Paulo Freire que em sua obra destaca a cultura como elemento fundante na construção do currículo. O educador construiu uma filosofia da educação pautada no reconhecimento da cultura dos sujeitos e colocando as relações de poder sempre em questão, nessa perspectiva construiu uma educação libertadora, para tanto, um currículo multicultural. Os educandos da educação de jovens e adultos são sujeitos específicos dentro do processo pedagógico, visto que foram afastados da escola ou nunca a frequentaram. Nesse sentido, é importante ressaltar dois aspectos, o primeiro diz respeito a ausência de auto-estima que estes sujeitos carregam, nessa perspectiva não validam suas culturas, não concebendo-as como legítimas. O segundo aspecto a ser considerado é referente aos preconceitos que esse educando construiu ao longo da vida propiciada por outros espaços educacionais. Considerando esses dois aspectos é possível compreender os desafios que os

educadores e as educadoras de referida modalidade enfrentam para a construção de um currículo multicultural.

A/O educadora/o que está inserido dentro do processo de ensino-aprendizagem na educação de jovens e adultos há de considerar a diversidade da turma e de propor reflexões sobre aquilo que é posto para os/as educandos/as promovendo uma mudança, assumindo um papel de desmistificar determinadas “verdades”, fazendo-os pensar sobre tudo aquilo que lhes é posto, refletindo acerca do contexto destas construções normativas sociais. “Trata-se de incorporar uma abordagem do ensino/aprendizagem que se baseia em valores e crenças democráticas e procura fortalecer o pluralismo cultural num mundo cada vez mais interdependente.” (GADOTTI, 2007, p.33). A escola enquanto um espaço de formação cidadã assume um compromisso além do tornar o educando/a apto/a leitura e a escrita, cabe-lhe construir um sujeito crítico, participativo e que conceba equidade de direitos para as diferenças identitárias, culturais e sociais em busca de justiça social. Conforme assinala Gadotti (2007) a educação para adultos deve ser concebida sempre com uma educação multicultural objetivando desenvolver o conhecimento e a integração na diversidade sociocultural.

Um diálogo entre educadoras/es do Projeto Escola Zé Peão: Multiculturalismo e currículo

Os elementos identitários que constituem o Projeto Escola Zé Peão são embasados nas contribuições freireanas, nesse sentido, a dialogicidade é um instrumento que retrata aquilo que Freire desejou inserir nos processos educativos para a construção de uma educação para libertação, ou seja, uma educação democrática. Propor um diálogo entre os/as pedagogos/as que atuam enquanto alfabetizadores/as do projeto objetivou propor uma reflexão diante de suas práticas bem como compartilhar as inquietações e os saberes entre estes sujeitos acerca das questões multiculturais no currículo. É visível que a composição da identidade dos sujeitos que integraram o grupo focal tem uma diversidade religiosa e étnica que geraram discussões polêmicas bem como também trouxeram consensos devido à característica em comum que possuem, ou seja, são pedagogos/as e alfabetizadores/a de jovens e adultos do Projeto Escola Zé Peão

Diante das discussões apresentadas nas sessões do grupo focal, os sujeitos apresentaram uma compreensão do multiculturalismo numa perspectiva multicultural dentro de uma abordagem intercultural, considerando a interculturalidade como a abordagem dialógica é possível afirmar que é a abordagem que concebe de modo mais efetivo as questões multiculturais. As/os educadoras/es apresentam um olhar crítico diante das concepções multiculturais que perceberam durante suas trajetórias no curso de Pedagogia nos espaços de educação formal propiciados por estágios curriculares e constroem uma crítica diante da abordagem assimilacionista que prima pela homogeneização cultural.

Na escola já existe essa temática no currículo, já existe a questão do culturalismo, de trabalhar o cultural, mas ele é visto muitas vezes de forma superficial, como a semana cultural, como trabalhar o dia do folclore, ou Pintar o saci, trabalhar uma música que é tida como tema cultural, ou trabalhar alguma questão cultural da sociedade... Relacionado a data comemorativa ou algum projeto que a prefeitura impôs ao professor. Se a prefeitura decidir simplesmente assim: na semana do dia 01 ao dia 05 de Novembro vai ser a semana cultural da escola. (Educadora do Projeto Escola Zé Peão)

Como aborda Silva (2002) “Nessas formas superficialmente vistas como multiculturais, o outro é 'visitado' de uma perspectiva que se poderia chamar de “perspectiva do turista” (p.130). Os sujeitos destacaram ainda os desafios enfrentados em sala de aula em decorrência do processo formativo inicial que não possibilita instrumentos que tragam abrangência às questões multiculturais. Embora o Projeto Escola Zé Peão tenha contribuído na valorização da diversidade sócio-cultural para as práticas educativas dos sujeitos, estes ainda têm restrições a trabalhar a questão da diversidade sexual, visto que a polêmica que gira em torno desta está cercada por relações de poder que se manifestam através dos mecanismos como a família, a religião, a mídia, dentre outros. As educadoras e educadores relatam ainda os desafios que enfrentam em sala de aula devido a especificidade do educando do Projeto Escola Zé Peão, que são em sua maioria homens, interioranos do estado da Paraíba e manifestam comportamento advindo de uma cultura machista, expressando preconceitos relacionados às questões de gênero, com homens traídos e principalmente com os homens homossexuais. Essas demonstrações de homofobia são expressas no comentário a seguir de uma das educadoras onde ressalta um recorte do cotidiano dentro da sala de aula.

Em alguns momentos na minha sala de aula, eu acho que foi um desafio pra eu lidar com os meus alunos, com essa diversidade de pensamento deles, porque às vezes eu tava na sala de aula e eu ouvia aquele comentário: “Ah, se fosse um professor homem eu não estava assistindo aula, se fosse um professor homossexual eu não estava aqui dentro da sala de aula.” Então eu percebi que a partir daí eu deveria trabalhar isso...(Educadora do Projeto Escola Zé Peão)

Diante de todos esses fatores onde está a contribuição da Universidade para a minimização dos preconceitos e discriminação que vem afetando os sujeitos que tem uma orientação sexual divergente do padrão heterossexual estabelecido como “normal” socialmente? Será a Universidade um espaço que vem reproduzindo a cultura heteronormativa? Pois, percebe-se que os preconceitos de cunho homofóbico é um ato que chega as escolas e traz consequências desagradáveis como *bullying*, e conseqüentemente a evasão. É importante destacar ainda que essa violência não atinge somente os espaços de educação formal, mas vem atingindo também outros âmbitos sociais onde a violência passa a ser fatal. Nesse sentido, os espaços que formam profissionais da educação bem como outros profissionais precisam problematizar referidas questões sociais que refletem injustiças na sociedade. Trata-se de uma construção da eticidade profissional.

Nas intervenções, os sujeitos abordaram ainda que a estrutura curricular do curso de Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba não tem contribuído para a construção de um currículo pautado em uma orientação multicultural. Todavia, esses sujeitos vêm conhecendo as discussões em torno dessas questões devido a demais espaços propiciados pela formação no curso de Pedagogia fora do espaço da sala de aula. São espaços como eventos acadêmicos, movimentos sociais e mais especificamente no Projeto Escola Zé Peão. Estes instrumentos de ensino-aprendizagem não estão dentro do currículo obrigatório do curso, ou seja, é fato que um número reduzido de estudantes têm a oportunidade de vivenciar espaços de reflexão diante das questões multiculturais. Isso é extremamente preocupante, visto que os textos políticos norteadores da formação do/a pedagogo/a nesta instituição enfatizam a construção

de um currículo multicultural, todavia, quais resultados ou efeitos têm produzido no currículo real? Será que há uma interpretação coerente diante destes textos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo objetivou compreender como os/as educadores/as do Projeto Escola Zé Peão concebem o multiculturalismo no currículo bem como propiciar um diálogo entre estes educadores no sentido de inquietá-los diante das questões multiculturais. Foi realizado um estudo teórico-metodológico embasado nas concepções freireanas e nas contribuições dos estudiosos da teoria crítica e pós-crítica do currículo. Nesse sentido, buscou articular duas questões sociais: O multiculturalismo e a Educação de Jovens e Adultos.

A Educação de Jovens e Adultos traz à escola sujeitos que outrora tiveram seus direitos negados e estão voltando ou iniciando um processo de escolarização com uma educação instituída por outros espaços educativos (família, igreja, mídia, etc), onde constituíram suas representações negativas e/ou positivas diante de determinadas questões sociais. Dessa forma, discutir multiculturalismo nesta modalidade de ensino é um desafio ao educador, entretanto, se configura como a construção de uma prática pedagógica pautada na promoção dos direitos humanos em busca da efetivação da formação do/a cidadão/ã, ou seja, é optar por justiça social. Os documentos normativos expressam em seus textos políticos aspectos que evidenciam as questões multiculturais, mas diante disso há uma questão: Quais efeitos essas propostas tem trazido para a sociedade? Quais efeitos têm trazido para os processos educacionais?

O Projeto Escola Zé Peão tem uma identidade diferenciada da escola regular, visto que é um espaço pedagógico alternativo e foi construído a partir da articulação do movimento social com a Universidade, nesse sentido, os sujeitos integrantes do Projeto obtêm uma formação complementar na área da Educação de Jovens e Adultos bem como acompanham as lutas sindicais dos operários educandos, devido a isso a prática pedagógica do projeto se destaca pelo diferencial signficante, a atuação ativa do movimento social no currículo real, entretanto, ainda são grandes os desafios, principalmente no que se refere a problematização das questões referentes a diversidade sexual, temática essa que vem sendo fortemente discutida e combatida pelas instituições religiosas veiculada ao cristianismo que desde o início da história da educação brasileira vem intervindo dentro do campo filosófico e pedagógico. Implica-se então que ao construir um currículo multicultural numa perspectiva intercultural o/a educador/a está construindo uma pedagogia laica, crítica e libertadora.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Educ. e Soc. vol. 30 nº106 Campinas Jan/Apr.2009. Entrevista concedida a Jefferson Mainardes; Maria Inês Marcondes

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Lei nº 9394/96.

BRASIL. Constituição, 1988

FLEURI, Reinaldo Matias. _____. Educação Intercultural e a irrupção das diferenças. Globalização, Interculturalidade e Currículo na Cena Escolar. In: Maria Zuleide da Costa Pereira; Maria Eulina Pessoa Carvalho; Rita de Cássia Cavalcanti Porto. (Org.).

Globalização, Currículo e Interculturalidade na Cena Escolar. Campinas - SP: Alínea Editora, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GADOTTI, Moacir e José E. Romão (orgs.). Educação de Jovens e Adultos Teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2007.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro, 2005.

MAINAIRDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma contribuição para a análise de políticas Educacionais. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006 47. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MORGADO, José Carlos. Políticas de currículo que atendam à diversidade: desafios para a escola e para os professores. In: PEREIRA, M. Z. C.; PORTO, R. C. C.; BARBOSA, S. W. X. ; DANTAS, V. X. ; ALMEIDA, W. G. Diferença nas políticas de currículo. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010. p. 193-216

MORAES, Ana Alcídia A.; CAVALCANTE, Lucíola I.P. A Formação Docente sob a ótica da Diversidade e da Inclusão: uma reflexão sobre a formação superior de professores indígenas. In: Maria Zuleide da Costa Pereira; Maria Eulina Pessoa Carvalho; Rita de Cássia Cavalcanti Porto. (Org.). Globalização, Currículo e Interculturalidade na Cena Escolar. Campinas - SP: Alínea Editora, 2009, v., p. 101-112.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2008.

PACHECO, J.A. Políticas curriculares: referenciais para análise. Porto Alegre: Artmed, 2003. 144 p

SILVA, T. Tadeu. Documentos de Identidades: Uma introdução às teorias do currículo. 2. Ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.